



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UNICEUB
FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – FATECS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

FRANCISCO DAS CHAGAS SOARES FREITAS

RA: 21134420

**OS NÍVEIS DE CONSERVADORISMO EM EMPRESAS DE SOCIEDADE
DE ECONOMIA MISTA E DE CAPITAL PRIVADO DO SETOR
ELÉTRICO BRASILEIRO COM AÇÕES NEGOCIADAS NA BOLSA.**

BRASÍLIA 2015

FRANCISCO DAS CHAGAS SOARES FREITAS

RA: 21134420

**OS NÍVEIS DE CONSERVADORISMO EM EMPRESAS DE SOCIEDADE
DE ECONOMIA MISTA E DE CAPITAL PRIVADO DO SETOR
ELÉTRICO BRASILEIRO COM AÇÕES NEGOCIADAS NA BOLSA.**

Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado como um dos requisitos para a conclusão do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário de Brasília (UnICEUB).

Orientador: Prof. Mestre/Carlos Augusto Pereira

Brasília 2015

FRANCIACO DAS CHAGAS SOARES FREITAS

RA: 21134420

**OS NÍVEIS DE CONSERVADORISMO EM EMPRESAS DE SOCIEDADE
DE ECONOMIA MISTA E DE CAPITAL PRIVADO DO SETOR
ELÉTRICO BRASILEIRO COM AÇÕES NEGOCIADAS NA BOLSA.**

Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado
como um dos requisitos para a conclusão do curso de
Ciências Contábeis do Centro Universitário de Brasília
(UnICEUB).

Orientador: Prof. Mestre/Carlos Augusto Pereira

Banca examinadora:

CARLOS AUGUSTO PEREIRA, MESTRE.

(professor EXAMINADOR)

(professor EXAMINADOR)

Brasília 2015

RESUMO

No mercado de capitais a busca por informação redobra, pois há um risco muito grande por parte dos investidores e a informação acaba sendo uma fonte essencial para este tomar uma decisão e diminuir as incertezas. Porém estas informações nem sempre são iguais e desta forma pode a favorecer determinados investidores e prejudicando outros. O ambiente regulatório que estas organizações estão sujeitas podem apresentar significativas diferenças na qualidade das informações. Com isso o conservadorismo tornou-se uma prática usada por gestores, governos, e outros, como uma fonte aliada para favorecer sua companhia e com isso obter premiações e maior remuneração por seus feitos. Baseado nesse conceito a pesquisa teve como objetivo verificar os níveis de conservadorismo de empresas de capital privado e sociedade do setor elétrico que operam na bolsa de valores. Para atender ao objetivo deste trabalho, foi efetuada uma análise dos dados com base nos modelos de conservadorismo proposto por Ball e Shivakumar (2005). A amostra foi composta pelas companhias de capital privado e sociedade de economia mista compreendido entre 2005 a 2014. O resultado desta pesquisa mostra que as empresas de economia mista tendem ser menos conservadora que as de capital privado.

1.0 INTRODUÇÃO

Hoje com expansão dos negócios e com aumento de multinacionais no mercado nacional a informação tornou-se ainda mais importante no processo de tomada decisão, especialmente para os investidores. A demanda no mercado financeiro e as exigências em relação a estas informações aumentaram, pois a competitividade entre as empresas cresceram bem como a necessidade de informações confiáveis e que retratem com clareza a situação das empresas.

Porém para estas informações atender os objetivos dos usuários e influenciar estes a tomarem a melhor decisão, elas devem ser fidedignas e representar a real situação da empresa. Caso contrário, a informação não terá valor e não fará diferença para seus usuários.

Segundo Beuren (2000), a informação é um recurso imprescindível para as empresas, podendo verdadeiramente representar uma vantagem competitiva para determinadas organizações e aborda a importância da informação para as organizações inserida num ambiente cada vez mais competitivo, afirma ainda que a quantidade de dados e informações a que as organizações estão expostas diariamente demanda um gerenciamento eficiente, sendo

esse aspecto parte integrante do processo decisório dos dirigentes e gestores dentro das organizações.

Tendo a contabilidade como um de seus principais objetivos, fornecer um conjunto de informações a diversos usuários, independentemente de sua natureza (IUDÍCIBUS 1997), as empresas estão enfrentando o desafio de fornecer informações que realmente sejam úteis para todos os usuários que as utilizem.

Porém as informações nem sempre são iguais para todos e depende de vários fatores que regem cada empresa, e que podem fazer bastante diferença na hora da tomada de decisão.

Na visão de Jensen Meckling (1976 *apud* Arruda *et al* 2014), a informação deve retratar com clareza a realidade da empresa, porém a qualidade da informação pode sofrer influência dos interesses dos agentes. Em outras palavras a qualidade das informações contábeis sofre influência das características institucionais e organizacionais das firmas e do ambiente empresarial (DECHOW; GE; SCHRAND, 2010 *apud* ARRUDA *et al* 2014).

Com isso podem ocorrer distorções nas informações, e estas acabam perdendo sua relevância e não atingindo o seu objetivo principal que é passar informações úteis aos seus diversos usuários.

A informação contábil deve ser em geral e antes de tudo, veraz e equitativa, de forma a satisfazer as necessidades comuns a um grande número de usuários, não podendo privilegiar deliberadamente a nenhum deles, considerando o fato de que os interesses destes nem sempre são coincidentes (conforme RESOLUÇÃO CFC 785 DE 28 JULHOS DE 1995).

Segundo Sarlo Neto *et al.*(2002 *apud* Kaizer *et al*, 2009, pág.3), a contabilidade possui capacidade informacional, e isso ocorre por meio das variáveis contábeis e o lucro é considerado um dos principais condutores de informação. Ou seja, o lucro possui uma importante capacidade para gerar informações e segundo Bezerra e Lopes (2004 *apud* Kaizer *et al* 2009) e segundo Bezerra e Lopes (2004 *apud* Kaizer *et al* 2009) ele é utilizado como instrumentos útil para tomada de decisão.

Uma forma de verificar o efeito do lucro na qualidade das informações contábeis é por meio do estudo do conservadorismo no resultado das empresas. Segundo Lopes (2001 *apud* Costa 2004), a ideia geral do conservadorismo é de fornecer informações mais confiáveis aos investidores por intermédio de demonstrações que não sejam excessivamente otimistas. No entanto, Costa (2004) afirma que o Conservadorismo pode ser influenciado por fatores como processos políticos e regulatórios.

Diante do exposto, percebe-se a necessidade de verificar o conservadorismo de empresas, sejam elas influenciadas por fatores políticos e pela alta regulamentação, e por

empresas que não tem uma regulamentação e fatores políticos tão exigentes. Por esse motivo, surge o seguinte problema de pesquisa: Os níveis de Conservadorismo em empresas de sociedade de economia mista e de capital privado do setor elétrico brasileiro com ações negociadas na bolsa de valores se diferenciam? Este trabalho teve como objetivo geral, avaliar as qualidades das informações contábeis divulgadas pelas empresas de economia mista e de capital privado do setor elétrico brasileiro e verificar se há diferenciação nos níveis conservadorismo destas, e como objetivos específicos, mostrar a importância das informações contábeis no mercado de capitais e sua influência na tomada de decisão, e demonstrar as várias qualidades das informações que são fundamentais para os investidores e gestores das entidades.

1.1.JUSTIFICATIVA

Este é um trabalho sobre conservadorismo contábil em empresas de capital privado e sociedade de economia mista, o qual busca mostrar a importância da qualidade das informações contábeis para os investidores e gestores das organizações com ações negociadas na bolsa de valores.

Escolhemos esse tema por procurar saber como as informações influenciam as organizações na hora da divulgação, e se a regulamentação que estão sujeitas, o tipo de mercado que estão inseridas, e o risco que elas têm em relação aos seus negócios influencia na escolha do conservadorismo.

Este trabalho contribui para o entendimento do conservadorismo como uma qualidade que influencia o investidor a tomar a melhor decisão, não criando uma expectativa exagerada em relação à organização e protegendo esta de possíveis crises, que podem ocorrer durante os anos. Este contribui também para o entendimento da contabilidade como uma ferramenta mais importante nos aspectos econômico e financeiro dentro das organizações e que as informações reportadas por esta podem fazer a diferença alavancando crescimento das companhias e fazendo com que os investidores tenham um retorno satisfatório.

2.REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 INFORMAÇÃO E CONTABILIDADE

2.1.1 CONCEITO DE INFORMAÇÃO E SUA UTILIDADE

Qualidade da informação dos resultados contábeis significa qualidade da informação dos relatórios contábeis. A qualidade será maior quando menor tiver sido a manipulação dos resultados” (COLAUTO, 2009 *Apud* Coelho 2010).

A qualidade da informação contábil pode ser avaliada por um, ou por um conjunto de atributos, como: persistência, conservadorismo, gerenciamento de resultados, qualidade da estimativa dos accruals, transparência, nível, entre outros (COLAUTO, 2009 *apud* o Coelho 2010, Pag.5).

Martinez (2008 *apud* Toigo *et al*, 2014, Pag.3) “detalha que a diferença entre o lucro líquido e o fluxo de caixa operacional líquido é conhecida como accruals” (acumulações).

Portanto, accruals seriam todas aquelas contas de resultado que entraram no cômputo do lucro, mas que não implicam em necessária movimentação de disponibilidades.

Klann (2011 *apud* Toigo *et al*, 2014, Pag.3), “aborda que os accruals totais são divididos em: discricionários e não discricionários. A parte discricionária é aquela que é gerenciável, ou depende de julgamento do gestor, como, por exemplo, a depreciação.”

Segundo Iudícibus (1981), A informação contábil pode ser utilizada por vários tipos de usuários, cada um com necessidades diferenciadas neste e ou naquele tipo de informação, e diferentes princípios de avaliação, mas que deve ser uniforme e seguir as qualidades qualitativa e quantitativa da informação contábil.

Segundo Iudícibus (1981) “A finalidade da contabilidade é gerar informações e avaliações visando prover seus usuários com demonstrações e análise de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, que possibilitem controle e planejamento”.

A informação contábil é um dos principais objetivos das informações contábeis, como conceitua Iudícibus (2003, P.20).

Um dos objetivos da Contabilidade é gerar informações para a tomada de decisões, conhecida como Contabilidade Gerencial. Por isso, é fundamental a existência de ferramentas que possibilitem conhecer a real situação e atender a esta missão. Compete à Contabilidade registrar os atos e fatos administrativos e produzir informações que possibilitem ao administrador planejar e controlar suas ações, para traçar os objetivos da entidade.

Ciro Bachtold, (2011 *Apud* Arruda *et al*, 2014) “Afirma que um dos objetivos da Contabilidade é gerar informações para a tomada de decisões. Por isso, é fundamental a existência de ferramentas que possibilitem conhecer a real situação e atender a esta missão.”

Ciro Bachtold, (2011 *Apud* Arruda *et al*, 2014) “Compete à Contabilidade registrar os atos e fatos administrativos e produzir informações que possibilitem ao administrador planejar e controlar suas ações, para traçar os objetivos da entidade.”

Nem sempre as informações vêm de forma organizada e cabe ao gestor identificar a qualidade e objetividade destas não se atentando somente na quantidade, pois nem toda informação é necessária. Nem todas as organizações são iguais, pois as informações podem ser úteis para determinados grupos e para outros não.

Na visão de Biscaro (2006 *apud* Santos 2011) uma informação pode ser relevante para determinado grupo de gestores e não ser para um gestor individual. Este afirma também que para a informação ser relevante ela depende de alguns fatores, tais com: a natureza da decisão – que abrange o tipo de decisão que está sendo tomada; o contexto institucional e objeto da decisão; e quem é tomador da decisão. Se a informação atender essas características esta influenciará a decisão dos usuários.

Antunes e Costa (2007) ainda afirma que à medida que a contabilidade se desassocia das alterações de valor da empresa seus números tendem a se mostrar irrelevantes para os investidores como métricas dos desempenho dos gestores e tende a se tornar menos útil para sua monitoração por parte dos acionistas .

Arruda *et al* (2014) Nas empresas de capital aberto sejam elas de sociedade de economia mista ou capital privado bancos aberto e fechados há um interesse mútuo por estas informações, pois a cada dia cresce o número de empresas que entram na bolsa e aumentando sua competitividade.

Segundo Oliveira e marques (2010) Na contabilidade existem vários tipos de flexibilidade da regulamentação, e uma destas é a discricionariedade e que pode se adotar diferentes critérios aceitos para registro dos procedimentos contábeis.

Segundo Oliveira e marques (2010) Contudo, em virtude da flexibilidade da regulamentação contábil, os gestores podem adotar diferentes critérios aceitos para registro dos procedimentos contábeis, exercendo certa discricionariedade.

Segundo Oliveira e marques (2010) Discricionariedade é a escolha entre duas ou mais alternativas de registros contábeis e que o gestor pode escolher aquela que è mais vantajosa para a organização e que esteja de acordo com a legislação.

Com objetivo de atender seus interesses e evidenciar o desempenho ou a estrutura financeira da empresa da forma desejada os gestores acabam adotando esses critérios ou métodos e assim passando uma imagem otimista aos investidores, e que apesar de não retratar a realidade da empresa é permitida pela lei.

As informações contábeis para atender os objetivos dos usuários e influenciar a sua tomada de decisão tem que ter uma série de qualidades que darão consistência a estes relatórios, como relevância, confiabilidade, e integralidade.

Segundo a resolução CFC (1.121/2008) “Uma qualidade essencial das informações apresentadas nas demonstrações contábeis é que elas sejam prontamente entendidas pelos usuários. Para esse fim, presume-se que os usuários tenham um conhecimento razoável dos negócios, da atividade econômica da empresa e também de contabilidade”.

Em outras palavras estes conjuntos de atributos como conservadorismo gerenciamento de resultados e outros, que dão qualidade as informações contábeis são fundamentais no desempenho dos preços das ações das companhias.

Segundo a resolução CFC (1.121/2008) existem outras qualidades fundamentais das informações contábeis, como, compreensibilidade, materialidade, confiabilidade, primazia da essência sobre a forma, prudência ou conservadorismo, comparabilidade, tempestividade, equilíbrio entre custo e benefício.

Segundo Resolução (1.121/2008) Para ser útil, a informação deve ser confiável, ou seja, deve estar livre de erros, desvios substanciais ou seja, deve estar livre de erros, desvios substanciais. “Para ser confiável, a informação constante das demonstrações contábeis devem ser completa, dentro dos limites de materialidade e custo. Salienta-se que uma omissão pode tornar a informação falsa ou distorcida”. (Resolução CFC 1.121/2008).

A comparabilidade das informações contábeis no decorrer dos anos mostra o desempenho das entidades e qual a sua situação econômica e financeira. Para poder comparar de forma eficiente, é necessário que os usuários tenham conhecimento para comparar dados de entidades de vários setores.

Os usuários devem poder comparar as informações contábeis de uma entidade ao longo do tempo, a fim de identificar tendências na sua posição patrimonial e financeira e no seu desempenho. Os usuários devem também ser capazes de comparar os dados contábeis de diferentes entidades a fim de avaliar, em termos relativos, a sua posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira. (CFC 1.121/2008).

Arruda *et al* (2014) relata sobre os diversos conceitos da qualidade das informações contábeis, e que a qualidade destas depende da veracidade e que relate a real situação da empresa.

Quando se discute a qualidade das informações contábeis (ou qualidade dos resultados) são apresentados diversos conceitos sobre a mesma. Pode-se considerar que existe uma baixa qualidade quando os relatórios contábeis são manipulados, quando existe um número excessivo de itens não recorrentes ou na falta de transparência no processo de evidenciação contábil, mesmo quando as escolhas contábeis foram realizadas em concordância com as normas contábeis vigentes.

3.0 CONSERVADORISMO

Arruda *et al* (2014) conceitua o conservadorismo contábil da seguinte forma.

Entendimento geral conservadorismo contábil diz respeito à antecipação do reconhecimento de perdas, mas a não antecipação do reconhecimento dos lucros, ou a escolha de, entre duas opções de mensuração dos componentes das demonstrações contábeis igualmente prováveis, a preferência por aquela opção que consista em menor valor para os ativos e maior valor para os passivos.

De acordo com Iudícibus (2000 pág. 75), conservadorismo é a escolha de duas alternativas igualmente válidas em que o contador escolherá aquela que apresentar menor valor para o ativo ou para o lucro ou o maior valor para o passivo.

Para Watts (1993 *apud* Costa, 2004, pág. 27), Conservadorismo é um mecanismo no qual estimativas contábeis são requeridas para que lucros possam ser antecipados.

O conservadorismo é uma informação que pode ser influenciada por vários fatores, como a regulamentação e interesses particulares da companhia. Segundo Arruda *et al* (2014) da mesma forma que as demais características da informação contábil, o Conservadorismo sofre influência direta do sistema regulatório, da dinâmica do mercado de capitais de cada país e, do tipo de sociedade empresarial.

As normas brasileiras de contabilidade, de um modo geral, não fazem qualquer referência explícita ao conservadorismo como conservadorismo condicional ou reconhecimento oportuno assimétrico de perdas econômicas.

Segundo a resoluções (750/93) e (774/94) do Conselho Federal de Contabilidade explica que o Princípio da Prudência que determina a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação;

A Resolução CFC nº 750/1993 que trata dos princípios fundamentais da contabilidade, tece o seguinte comentário sobre os limites da aplicação do Princípio da Prudência ou conservadorismo.

A aplicação do Princípio da Prudência não deve levar a excessos, a situações classificáveis como manipulações de resultado, com a conseqüente criação de reservas ocultas. Pelo contrário, deve constituir garantia de inexistência de valores artificiais, de interesse de determinadas pessoas, especialmente administradores e controladores, aspecto muito importante nas Entidades integrantes no mercado de capitais. (Resolução CFC nº 750/1993).

O *Internacional Accounting Standards Board* (Iasb), "Estrutura Conceitual para Preparação das Demonstrações Contábeis", que fixa os conceitos que lastreiam a preparação e a apresentação das demonstrações contábeis a usuários externos, ao tratar da Confiabilidade, no capítulo "Características Qualitativas das Demonstrações Contábeis" (i n Normas

Internacionais de Contabilidade 2001, Ibracon, 2002, pág. 51), item 37, traz o seguinte enunciado para Prudência:

Aqueles que preparam as demonstrações contábeis, entretanto, se deparam com as incertezas que inevitavelmente envolvem certos eventos e circunstâncias, tais como a possibilidade de cobrança de contas a receber duvidosas, a vida útil provável da fábrica e equipamentos, e o número de reclamações cobertas por garantias que possam ter sido dadas. Tais incertezas são reconhecidas pela divulgação da sua natureza e extensão e pelo exercício de prudência na preparação das demonstrações contábeis.

Este afirma também que prudência consiste na inclusão de certa dose de cautela na formulação dos julgamentos necessários na elaboração de estimativas em certas condições de incertezas, no sentido de que ativos ou receitas não sejam superestimados e passivos ou despesas não sejam subestimados. Entretanto, o exercício da prudência não permite, por exemplo, a criação de reservas ocultas ou provisões excessivas, a subavaliação deliberada de ativos ou receitas, a superestimação deliberada de passivos ou despesas, pois as demonstrações contábeis deixariam de ser neutras e, portanto, não teriam a qualidade da confiabilidade.

Apesar de o conservadorismo contábil estar presente há anos no conjunto de práticas e procedimentos contábeis, encontramos poucas pesquisas, com o objetivo de investigar o efeito da regulamentação da Contabilidade e outras possíveis causas sobre o conservadorismo contábil.

3.1 ESTUDOS ANTERIORES SOBRE CONSERVADORISMO

Alguns autores contribuíram para o entendimento desse fenômeno, Arruda *et al* (2014), verificou-se o nível de conservadorismo em companhia de capital aberto e de capital fechado, e tendo como conclusão que as empresas de capital aberto tendem a ser mais conservadoras, isso devido a regulamentas que estas estão sujeitas e demanda por estas informações. Dantas, Paulo e Medeiros (2013) buscaram analisar a ocorrência de conservadorismo condicional dos bancos brasileiros no período de 2001 a 2010, principalmente, relacionando-o com a percepção de risco. Com isto, os autores encontraram a existência de prática de conservadorismo condicional, porém, quando relacionado com a percepção de risco, os autores não encontraram evidências suficientes de maior acentuação do conservadorismo quando em momento de risco sistêmico.

Kaizer, *et al* (2009), realizaram um estudo sobre os níveis de conservadorismo em empresas do setor elétrico que sofrem regulamentação específica e empresas que não sofrem regulamentação específica.

Segundo este estudo o resultado mostra que empresas que sofrem regulamentação específica são mais conservadoras do que as que não sofrem regulamentação específica.

Arruda *et al* (2014), fizeram um estudo sobre a qualidade dos números contábeis e os fatores institucionais que influenciam as demonstrações e a tomada de decisão dos agentes. O estudo abordou o conservadorismo em companhias abertas e fechadas brasileiras.

O resultado mostra que as companhias fechadas apresentaram menor reconhecimento oportuno das perdas e, conseqüentemente, possuem menor nível de Conservadorismo nas demonstrações contábeis em relação ao das companhias abertas.

4.0 SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

A indústria da eletricidade

De acordo com a ABRADDEE (2014) “buscando eficiência e autonomia econômica, o setor elétrico mundial começa a passar por reformas estruturais em sua forma de operação, sofrendo influência da doutrina do estado mínimo no pensamento econômico”.

Segundo ABRADDEE (2014) Como resultado destas reformas, que também ocorreram no Brasil, os segmentos de geração, transporte e comercialização de energia passam a ser separados, sendo administrados e operados por agentes distintos. Especificamente no Brasil, o segmento de geração é bastante pulverizado, atualmente contando, com 3.152 empreendimentos geradores. (ABRADDEE 2014).

“O segmento de transmissão e distribuição, conta com 77 concessionárias, responsáveis pela administração e operação de mais de cem mil quilômetros de linhas de transmissão espalhadas pelo país, conectando os geradores aos grandes consumidores” (ANEEL 2014).

O mercado de comercialização é algo novo no Brasil e teve início na década de 1990. Atualmente, existem mais de 100 agentes de comercialização de energia elétrica no Brasil, muitos deles atuando como intermediários entre usinas e consumidores livres (ANEEL 2014).

De acordo com a ABRADDEE (2014) Alguns pesquisadores dividem o desenvolvimento do setor elétrico brasileiro em cinco períodos. O primeiro deles se inicia na proclamação da República, em 1889, e termina no início da década de 1930.

De acordo com a ABRADDEE (2014) Neste período, a economia brasileira caracterizava-se pela produção de produtos primários para a exportação, tendo como principal fonte energética o carvão vegetal. Com o desenvolvimento da indústria do café, iniciou-se um

processo de urbanização que resultou no aumento do consumo de energia elétrica. “O segundo período estendeu-se de 1930 a 1945 e foi caracterizado pelo enfraquecimento do modelo agrário exportador e pela aceleração do processo de industrialização (ABRADEE 2014)”.

De acordo com a ABRADEE (2014) O Estado promoveu uma maior regulação do setor, por exemplo, promulgando o Código de Águas (em 1934), que transmitiu à União a propriedade das quedas d’água e a exclusividade de outorga das concessões para aproveitamento hidráulico. Ou seja neste mesmo período, introduziu-se também um sistema tarifário sob o regime de “custo do serviço (ABRADEE 2014)”.

Segundo ABRADEE (2014) O terceiro período iniciou-se no pós-guerra e se estendeu até o final da década de 1970, sendo caracterizado pela forte e direta presença do Estado no setor elétrico, principalmente por meio da criação de empresas estatais em todos os segmentos da indústria.

Segundo ABRADEE (2014) O quarto período iniciou-se na década de 1980 e foi marcado pela crise da dívida externa brasileira, que resultou em altos cortes de gastos e investimentos pelo governo.

Segundo ABRADEE (2014) As tarifas de energia, que eram iguais para todo o país, foram mantidas artificialmente baixas como medida de contenção da inflação.

5.0 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

5.1 TIPO E MÉTODO DE PESQUISA

Este trabalho busca verificar se há diferenciação nos níveis de conservadorismo em sociedade de economia mista e empresas de capital privado do setor elétrico brasileiro.

Esta é uma pesquisa descritiva onde busca analisar, registrar e informar e relacionar fenômenos variáveis, bibliográfica pois é pesquisado em livros e material já elaborados como monografias e quantitativa, pois se utiliza de modelos que possam mensurar e comparar para alcançar(ARRUDA *et al*, pág.5).

A população deste estudo é formada pelas sociedades de economia mista e por empresas de capital privado com ações negociadas na bolsa de valores de São Paulo (BM&FBOVESPA) e que fazem parte do setor elétrico brasileiro.

Para esse estudo foi considerado o período de 2005 a 2014, sendo que participou da amostra um total de 27 empresas. Sendo 12 empresas de capital privado e 15 de empresas de economia mista, conforme demonstrado no quadro a seguir.

QUADRO COM AS EMPRESAS PARTICIPANTES DA AMOSTRA

Empresas de soc. de economia Mista	Empresas de capital privado
AES SUL GAÚCHA DE ENERGIA S.A	AFLUENTE GERAÇÃO DE ENERGIA S.A
CENTRAIS ELÉTRICAS S.A-ELETOBRÁS	AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S/A
CENTRAIS ELÉTRICA DE SANTA CATARINA S.A CELESC.	CTEEP-CIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA PAULISTA
CENTRAIS ELÉTRICAS DO CEARÁ S.A-CELPA	ELETOBRÁS PARTICIPAÇÕES
CESP-CIA ENÉRGICA DE SÃO PAULO S.A	ENERGISA MATO GROSSO DO SUL-DISTR DE ENERGIA S.A
CIA ELÉTRICA ESTADO DA BAHIA S.A-COELBA	ENERGISA MATO GROSSO-DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
ENERGIA DE BRASILIA S.A-CEB S	ENERGIA S.A
CIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS S.A-CEMIG	EQUATORIAL ENERGIA S.A
CIA ENERGÉTICA DE PERNANBUCO S.A-CELPE	ESPÍRITO SANTO CENTR. ELÉTICA S.A ESCELSA
CIA ENERGÉTICA DE DO CEARÁ S.A-COELCE	REDENTOR ENERGIA S.A
CIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO S.A-CEMAR	RIO GRANDE ENERGIA S.A
CIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE S.A-COSERN	
CIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELETRICA S.A CEEE-D	
CIA ESTADUAL DE GR. E TRANSMI ENERGIA ELETRICA S.A CEEE-GT CIA PARANAENSE DE ENERGIA S.A –COPEL	

5.2. DESENVOLVIMENTO DE HIPÓTESES E DEFINIÇÃO DOS MODELOS EMPREGADOS

Baseado nesse estudo e a presença do conservadorismo nas companhias como uma forma de atingir objetivos das empresas e interesses de gestores e tendo uma influência

significativa na tomada de decisão, este teste será aplicado a empresas do setor elétrico que operam na bolsa que sejam de sociedade de economia mista e de capital privado.

Devido à presença do conservadorismo nos números contábeis, há uma tendência de maior persistência dos ganhos do que das perdas Watts (2003 *apud* Arruda *et al* 2014, Pag.4).

“O conservadorismo faz, portanto, com que as acumulações (accruals) sejam assimétricas, visto que as perdas tendem a ser totalmente reconhecidas, ao passo que o mesmo não ocorre com os ganhos” (ARRUDA *et al* 2014, Pag.5).

Hipótese 1: As demonstrações contábeis reportadas pelas sociedade de economia mista brasileiras do setor elétrico que operam na bolsa são significativamente mais conservadoras que as adotadas pelas as de capital privadas.

Para mensuração do nível de conservadorismo das companhias brasileiras de economia mista e de capital privada, utilizou-se o modelo proposto por Ball e Shivakumar (2005 Apud Edilson Paulo 2014) conforme equação.

$$\Delta NI_{it} = \alpha_0 + \alpha_1 D\Delta NI_{it-1} + \alpha_2 \Delta NI_{it-1} + \alpha_3 \Delta NI_{it-1} * D\Delta NI_{it-1} + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

Em que:

ΔNI_{it} = variação no lucro líquido contábil da empresa i do ano t-1 para o ano t ponderada pelo valor do ativo total no início do ano t;

ΔNI_{it-1} = variação no lucro líquido contábil da empresa i do ano t-2 para o ano t-1 ponderada pelo valor do ativo total no início do ano t-1;

$D\Delta NI_{it-1}$ = variável dummy para indicar se existe variação negativa no lucro líquido contábil da empresa i do ano t-1 para o ano t, assumindo valor 1 se $\Delta NI_{it} < 0$, e 0 nos demais casos;

ε_{it} = erro da regressão.

Nesse modelo, a utilização da "variação no lucro líquido contábil" como variável independente tem a vantagem de fornecer uma especificação adequada para identificar os componentes transitórios do resultado (BALL e SHIVAKUMAR, 2005 APUD ARRUDA *et al* 2014).

A hipótese assumida pelos autores é de que existe menor reversão de decréscimos negativos de resultados nas companhias fechadas do que nas companhias abertas, refletindo

uma menor frequência de reconhecimento oportuno das perdas, devido à menor demanda por comportamento conservador na mensuração das informações contábeis.

Baseado no estudo Ball e Shivakumar (2005 *Apud* Arruda *et al* 2014), o presente estudo tem como objetivo de identificar se o conservadorismo nos relatórios contábeis das companhias de sociedade de economia mista do setor elétrico se diferenciam das de capital privado.

5.3 ANÁLISES DO CONSERVADORISMO.

Assim como em Arruda (2014), para analisar as qualidades da informação contábil (conservadorismo), foi utilizado o modelo de regressão em painel. O teste foi realizado pelo *software Gretl*, utilizando o método dos efeitos fixos. Esse método foi utilizado de forma a levar em consideração a “individualidade” de cada tipo de empresa – economia mista ou capital privado (GUJARATI, pág. 517).

Assim como em Arruda (2014), para melhorar a robustez dos parâmetros estimados, faz-se necessário a verificação do pressuposto básicos de heterocedasticidade e de normalidade.

Segundo Ângelo *et al* (2009 Pag.11) “Heterocedasticidade é uma das importantes hipóteses do modelo clássico de regressão linear é que a variância de cada termo de perturbação u_i , condicional aos valores escolhidos das variáveis explicativas, é algum número constante igual a σ^2 ”. “Esta é a hipótese de homocedasticidade, ou igual (homo) dispersão (scedasticidades), isto é igual variância”. (Ângelo *et al* 2009 Pag.11).

Segundo Ângelo *et al* (2009 Pag.11) “Dessa maneira, a heterocedasticidade é o fenômeno estatístico que ocorre quando o modelo de hipótese matemático apresenta variâncias para Y e $X(X_1, X_2, X_3, \dots, X_n)$ diferentes para todas as observações, contrariando o postulado: $\text{Var}(y_i) = \text{Var}(e_i)$ ”.

GUJARATI (2000 *apud* Ângelo *et al*, 2009, Pag.11) “Quando isto não ocorre, ou seja, quando as variâncias não permanecem as mesmas independentemente dos valores assumidos pelas variáveis explicativas, tem-se como consequência a heterocedasticidade ”.

“Em outras palavras, a heterocedasticidade apresenta-se como uma forte dispersão dos dados em torno de uma reta; uma dispersão dos dados perante um modelo econométrico regredido” (DOMINIOPUBLICO.GOV,2008, *apud et al* 2009, ÂNGELO, 2009, Pag.11).

Ângelo *et al* (2009 Pag.12) “Os testes de normalidade são utilizados para verificar se a distribuição de probabilidade associada a um conjunto de dados pode ser aproximada pela distribuição normal”. “Testar a normalidade de uma amostra significa, como o próprio nome

diz, verificar se a variável da qual as amostras foram tiradas segue uma Distribuição Normal ou não” (Ângelo *et al* 2009, Pag.12).

Para o teste de heterocedasticidade foi utilizado o Teste de Wald que indicou um Valor P de 0,00359, menor do que 5%, de forma que rejeitamos a hipótese nula da heterocedasticidade. Os resíduos apresentaram uma distribuição anormal ao nível de significância de 5%, com um *p value* igual a 0,000.

Tanto o teste de heterocedasticidade como o teste de normalidade apresentaram resultados parecidos com os de Arruda (2014), apesar de a base de dados e o segmento das empresas serem diferentes.

A tabela apresenta os resultados referentes à análise do conservadorismo das empresas do setor elétrico brasileiro. Segundo Arruda (2014), a variável $\Delta NI_{it-1} * D\Delta NI_{it-1}$, indica ou não o comportamento conservador. Para o modelo do setor elétrico brasileiro o coeficiente é estatisticamente diferente de zero, o que implica que houve o reconhecimento oportuno de perdas.

Tabela xx - Conservadorismo dos resultados contábeis

	Coeficiente	p-value
Constante	266.523	0,000
$D\Delta NI_{it-1}$	-401.656	0,000
ΔNI_{it-1}	0,156	0,000
$\Delta NI_{it-1} * D\Delta NI_{it-1}$	0,123	0,039
DPR	186.603	0,000
R ²	0,1477	
Estatística F	35,349	
N	1.026	

Fonte: Adaptado de Arruda (2014)

Elaboração própria

Analisando o conservadorismo entre as empresas do setor elétrico brasileiro, verificamos que o coeficiente da variável DPR é significativo, sugerindo que existe diferença no comportamento conservador entre as empresas de capital misto e as de capital privado.

De acordo com os resultados obtidos pela variável DPR, as empresas de economia mista apresentam um menor grau de conservadorismo e que as reversões do lucro em período subsequentes variam R\$ 186.603 a mais dos que as empresas de capital privado.

5.4 CONCLUSÃO

Este estudo teve objetivo de verificar as qualidades das informações contábeis de sociedade de economia mista e empresas de capital privado do setor elétrico brasileiro que operam na bolsa de valores, e saber qual o nível de conservadorismo reportado por estas empresas.

Com isso verificou que estas informações são fundamentais para os investidores tomarem uma decisão mais consciente. Devido à demanda, e a grande regulamentação que as empresas de economia mistas estão sujeita, por meio dos órgãos fiscalizadores do mercado de capitais brasileiro, esperava-se que tal fato influenciasse no nível de conservadorismo destas instituições, apresentando estas companhias um maior nível de conservadorismo nos números contábeis reportados pelas empresas.

Mas segundo o resultado verificou-se que existe diferenças significativas no nível de conservadorismo entre as empresas de sociedade de economia e empresas de capital privado rejeitando a hipótese proposta pelo estudo. Segundo esse estudo conclui-se que as empresas de economia mista tende a ser menos conservadora que as de capital privado, rejeitando a hipótese proposta no texto.

Para futuras pesquisas sugere-se um estudo mais aprofundado sobre os motivos que apontaram as empresas de economia mista menos conservadora e porque o resultado foi tão diferente daquilo que se imaginava.

6.0 REFERÊNCIAS

Ângelo *et al*, Fatores explicativos do Índice de Desenv. Humano (IDH) para os municípios de Alagoas. **Economia política do desenvolvimento**. Maceió, vol. 1, n. 6, p. 31-47, set./dez. 2009.

Arruda *et al*, Análise do Conserv. e Persistência dos Result. Cont. das Instituições Financ. Brasileiras. **V Congresso Nacional de Administração e Ciências Contábeis – AdCont 2014**. Rio de Janeiro, outubro de 2014. 12 pag.

BEUREN, Ilse Maria. Gerenciamento da Informação: Um recurso estratégico no processo de gestão empresarial. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000. 104 p

CONTABILIDADE GERENCIAL, Conforme as Leis nos 11.638/07 e 11.941/09, SÃO PAULO EDITORA ATLAS S.A. – 2010 Clóvis Luís Padoveze.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Demonstrações Contábeis Estrutura e Normas. 1. ed. Brasília, 2001.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC nº 750 de 1993. Dispõe sobre os Princípios de Contabilidade (PC). Disponível em: Acesso em: 05 de maio de 2014.

CFC (Conselho Federal de Contabilidade), 1995. Resolução CFC n.º 785/95 - Aprova a NBC T 1: Das características da informação contábil contábil. Disponível online http://cfcspw.cfc.org.br/resolucoes_cfc/RES_785.DOC acessado em 04 maio de 2015.

CVM (Comissão de Valores Mobiliários), 1986. Deliberação CVM nº 29/86. Brasília: CVM, 1986.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Demonstrações Contábeis Estrutura e Normas. 1. ed. Brasília, 2001.

Coelho et al, Análise da Qualidade da Informação Contábil Frente a Implementação dos IFRS: Uma Pesquisa Baseada nos Periódicos Internacionais (1999 a 2010). **Sociedade, Contabilidade e Gestão, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, jul/dez 2011.** Gestão & Tecnologia.

IUDÍCIBUS 1997. Introdução à Teoria da Contabilidade, Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Contabilidade Introdutória. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

Kaize *et al*, O Impacto da Regulamentação Contábil sobre o Conservadorismo nas Empresas do Setor Elétrico do Brasil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade.** v. 3, n. 1, art. 1, p. 1-24 jan/abr. 2009.

MARTINS, E.; LOPES, A. B. Teoria da contabilidade: uma nova abordagem. 1º ed., São Paulo: Atlas, 2005.

Oliveira e marques, Ética no gerenciamento de resultados. **XXX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO.** São Carlos, SP, Brasil, 12 a15 de outubro.

Resolução nº 785 de 28 de julho de 1995. Aprova a NBCT 1 – Das Características da Informação Contábil. CFC. Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade. 2ª ed. Rio de Janeiro, abr / 2001.

Resolução nº 785 de 28 de julho de 1995. Aprova a NBCT 1 – Das Características da Informação Contábil. CFC. Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade. 2ª ed. Rio de Janeiro, abr / 2001.

Santos *et al*, Qualidade Informacional Contábil das Companhias de Tecnologia da Informação. **Revista Gestão & Tecnologia**. v. 11, n. 2, p. 110-128, jul./dez. 2011.

<http://www.abradee.com.br/setor-eletrico/visao-gera-do-setor>>acesso em 03 de maio de 2015

Toigo *et al*, Accruals Discricionários nas Combinações de Negócios e o Desempenho das ações. **XXXVIII encontro do ANPAD**. Rio de janeiro/ Rj-13 a 17de setembro de 2014.

